

Lula rasga suas promessas



Páginas 4 a 6

A pesar das promessas pessoais feitas durante a campanha, há cerca de um ano, o governo Lula vem surpreendendo o setor com suas propostas para o modelo de gestão do Saneamento no País. Segundo o secretário-executivo da Associação das Em-

presas Estaduais de Saneamento (AESBE), Walder Suriani, o governo federal vai encaminhar ainda este ano ao Congresso Nacional um projeto de lei determinando que a gestão dos serviços de Saneamento seja de responsabilidade exclusiva dos municípios. Se for apro-

vado, cerca de quatro mil municípios brasileiros ficarão sem condições de operar seus sistemas, perdendo os benefícios do mecanismo do "subsídio cruzado" e abrindo caminho à privatização dos serviços.

Discurso de
Lula assusta o
setor de
Saneamento

Página 4

Governo conclui
projeto de lei
que viabiliza as
chamadas PPPs

Página 5

Propostas
geram impasse
dentro do
próprio governo

Página 7

Associação dos Empregados de
Nível Universitário da CEDAE

Rua Sacadura Cabral, 120, Sala
1004, Centro / Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 2263-6240
Telefax: 2253-7482

E-mail: aseac@aseac.com.br
Home Page: www.aseac.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA
Diretor Presidente
Paulino Cabral da Silva

Diretor Vice-Presidente
Dario Mondego

Diretor Administrativo
Flávio de Carvalho Filho

Diretor Financeiro
Edson Reis da Silva

Diretor de Comunicação
Claudino Victor R. E. Santo

Diretor Técnico
Jorge Luiz Ferreira Briard

Diretor Social
Antônio Bastos de Oliveira

Diretor Jurídico
Aloysio Gomes Feital Filho

Diretor Adjunto
Aloysio Ribeiro Filho

Conselho Diretor - 2002/2004
Representante dos Administradores

Pedro Paulo de Freitas

Representante dos Advogados
Sueli Kölling Turano

Representante dos Analistas
César Lima da Graça

Representantes dos Aposentados
Nelson Martins Portugal

Honório Gil Rego

Ivan Rocha Vieira

Antônio Nazareno Soares

Manssur Assafim

Maria Christina Piragibe

Representante dos Arquitetos
Júlio Celso Bragança Gil

**Representante dos Assistentes
Sociais**
Zélia Maria Monteiro Borba

Representante dos Biólogos
Evandro Rodrigues de Brito

Representante dos Contadores
Sérgio Pereira

Representante dos Economistas
Firmino Gustavo Gameleira

Representantes dos Engenheiros
Antônio Carlos Álvares Grillo

Flávio José Soares de Moura

Edes Fernandes de Oliveira

Júlio César Oliveira Antunes

Armando Costa V. Junior

Altamir Pereira Nunes

Representante dos Farmacêuticos
Armando Costa Vieira

Representante dos Geólogos
Egmont Bastos Capucci

Representante dos Químicos
Paulo Roberto Correa

Conselheiros Natos
Antônio Inácio da Silveira

Walnyr Bitencourt de Oliveira

Emy Guimarães de Lemos

João Carlos do Rego Pinto

Renato Lima do Espírito Santo

Carlos Henrique Soares de Menezes

Jaime Dutra Noronha

Dario Mondego

Conselho Fiscal - 2001/2003

Titulares: Jaime Dutra Noronha,

Ricardo Afonso das Neves Leitão e

Rita de Cássia dos Santos. **Suplentes:**

Márcio de Melo Rocha, Gérson

Pereira Lima Nascimento e Jorge

Rodrigues Leitão.

Produção e Edição:

Planin Serviços Editoriais

Diagramação e Arte

J. Paulo Eleutério

Fotos

Alexandre Loureiro

Jornalista Responsável

Carlos Emiliano Eleutério

MTB: 12.524-RJ

Setembro-outubro/2003

Estrutura administrativa

Um modelo por ano

Mudanças sistemáticas ameaçam futuro da empresa

As novas mudanças na estrutura administrativa e operacional da CEDAE – a segunda na atual gestão e a terceira em pouco mais de 30 meses – estão preocupando os técnicos da companhia, pela velocidade com que vem sendo propostas, sem dar tempo para que as novas regras sejam assimiladas, o que vem fragilizando a companhia.

A ASEAC tem sido procurada por seu quadro social, que está preocupado com essas sucessivas reestruturações, porque, acadêmica e tecnicamente, uma reestruturação decorre de um estudo profundo de demandas da sociedade, “no nosso caso o setor de Saneamento”. Segundo eles, é difícil saber até quando a CEDAE vai resistir a essa política, ou a essa falta de uma política mais permanente, “pois mal se conclui uma mudança e já se

inicia outra. Nesse jogo de vai e vem, a conclusão que se chega é que a CEDAE é uma empresa muito forte, pois do contrário dificilmente agüentaria esse tranco”, afirma a direção da ASEAC.

O corpo técnico lamenta ainda mais que, dentro desse quadro, os técnicos da CEDAE se tornem “algozes” da própria empresa; não podem sequer reagir, porque logo são acusados de corporati-

vistas, como se fossem responsáveis pela queda da qualidade dos serviços prestados à população, que decorre da falta de equipamentos, material e de pessoal, que não é renovado há muito tempo. “Ninguém é capaz de lembrar nessa hora que o acionista majoritário da CEDAE – de onde emanam todas as ordens – é o governo do Estado, que detém 99,9% das ações da companhia”, salientam. Segundo os diretores da ASEAC, isso vem contribuindo, ao longo do tempo, para baixar a auto-estima dos trabalhadores, especialmente dos técnicos, “que se sentem de mãos atadas para mudar essa situação”.

Os técnicos são unânimes em afirmar que “se houver recursos disponíveis para a área operacional, as respostas virão rapidamente, traduzindo-se, conseqüentemente, na melhoria dos serviços prestados à população”, concluíram.

“Se houver recursos para a área operacional, as respostas virão rapidamente.”

Saneamento ambiental

Capacitação técnica

Conscientes de que as companhias de Saneamento terão, cada vez mais, que assumir o papel de empresas de Saneamento Ambiental, para atender aos desafios de preservar e garantir as fontes de água para abastecimento no Estado, os técnicos da CEDAE vêm procurando aperfeiçoar o seu conhecimento no campo do meio ambiente. Com esse pensamento, mais quatro companheiros

acabaram de concluir o Curso de Pós-graduação MBE/COPPE/UFRJ, no semestre passado. A ASEAC parabeniza os colegas Augusto César Gesteira, José Roberto da Costa Dantas, Álvaro Henrique Cortez Verocai e Márcia Luiza Jaber Vieira por mais esta vitória, que só contribui para reforçar a reconhecida competência e capacidade do corpo técnico da Companhia.

Nota de falecimento

A diretoria da ASEAC se sente na obrigação de homenagear o companheiro Amauri Joaquim da Silva, falecido no último dia 1º de outubro. Amauri era respeitado por técnicos e engenheiros sanitaristas, por sua vasta experiência na área de Operação e Manutenção de Adutoras. Conhecido como “o homem das represas”, Amauri deixa saudades entre os amigos e colegas de trabalho, por seu companheirismo e dedicação de quase uma vida inteira à CEDAE. Nossos sinceros votos por esta inestimável perda.

Sintsama

Nova Diretoria toma posse

Foi empossada, no último dia 1º de outubro, a nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiente do Rio de Janeiro e Região (SINTSAMA), eleita no final de setembro com 41,35% dos votos.

A nova diretoria, eleita para o mandato que vai de 01/10/03 a 30/09/06, tem a seguinte constituição:

Francisco Ferreira Pinto – Presidente; Jorge Soares Braga – Vice-Presidente; Eliane Delvito Teixeira de Souza – Secretária-Geral; Ubirajara Gomes de Aguiar Filho – Diretor Financeiro; Pedro Paulo de Freitas – Diretor Administrativo; Albérico Sommer da Silva – Diretor Jurídico; Luiz Domingues Gomes – Diretor de Organização; José Vicente Portella Eufrásio – Diretor de Imprensa; Da-

niel de Melo Nunes – Diretor de Formação; Carlos Alberto Alves Barbosa – Diretor de Políticas Sindicais; Sérgio Alves de Alencar – Diretor de Previdência; Alzemiros dos Santos Dias – Diretor de Relações externas; Jorge Luiz Pinheiro – Diretor de Seg. e Medicina do Trabalho; Gilson Freire – Diretor de Novas Tec. e Meio Ambiente; Jorge Maia – Diretor Social.

Estiagem ainda preocupa

CEDAE recupera nível do rio Guandu e garante o abastecimento à população

“**A** pesar de persistir a estiagem na região do alto Paraíba, onde estão localizados os reservatórios de regularização da vazão do rio Paraíba do Sul, os técnicos da CEDAE responsáveis pela produção de água tratada do Sistema Guandu conseguiram devolver à quase normalidade o nível do rio Guandu, próximo à captação desse sistema, que havia baixado a valores críticos (cerca de 50 centímetros) no último mês de agosto.

A recuperação do nível operacional foi obtida graças às obras de emergência realizadas nas comportas localizadas junto aos túneis de captação do Sistema, que foram elevadas, restabelecendo o nível na captação. Com isso, ficou afastada a ameaça de crise no abastecimento do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense, que dependem em 80% daquele sistema, conforme chegaram a alardear alguns órgãos de imprensa. Mesmo assim, a situação só vai estar completamente regularizada depois que voltar a chover na cabeceira do rio Paraíba do Sul.

LIMPEZA FORÇADA

Mesmo voltando à normalidade, os técnicos do Guandu decidiram intensificar o monitoramento da vazão do rio e da qualidade da água bruta captada pela ETA do Guandu. Segundo o superintendente da estação, Edes Fernandes, além de acrescentar mais 20 cm nas comportas, que já haviam sido elevadas em 30 cm, no início de agosto, a CEDAE aproveitou a última parada técnica realizada no Guandu no dia 28 de agosto, para dar uma descarga no rio, através da abertura das comportas.

O objetivo era renovar a água da lagoa formada pelos rios Poços, Ipiranga e Queimados, que deságuam a cerca de 500 metros dos túneis de captação de água bruta da estação de tratamento, e com a limpeza reduzir a possibilidade de um aumento na quantidade de algas. O superintendente da ETA Guandu acrescentou que, após a operação, o número de células se reduziu sensivelmente, mantendo valores aceitáveis. Segundo ele, com a redução da vazão e, consequentemente, do nível do rio Guandu, o índice de células, que podem ser prejudiciais à saúde, vinha alcançando valores ele-

vados, preocupando os técnicos da ETA. Durante a Parada da estação, os técnicos aproveitaram também para substituir e instalar algumas válvulas na tubulação do sistema e retirar toda a vegetação retida nas margens do rio, que acaba sendo carregada para o gradeamento dos dois túneis de captação de água bruta, na época das chuvas.

Apesar de estar sob controle, a situação ainda não é totalmente tranquila, pois tem chovido muito pouco na cabeceira do Paraíba do Sul, fazendo com que a vazão do rio continue muito baixa. Diante disso, os técnicos da CEDAE elaboraram um relatório para a Agência Nacional de Águas (ANA) e para a Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (Serla), mostrando que a redução da vazão de transposição para o Guandu em 15 m³/seg. poderia comprometer o sistema de abastecimento do Rio de Janeiro. Com isso, conseguiram sensibilizar a ANA no sentido de que fosse determinada uma diminuição da vazão de regularização do rio Guandu de apenas 10 m³/seg.

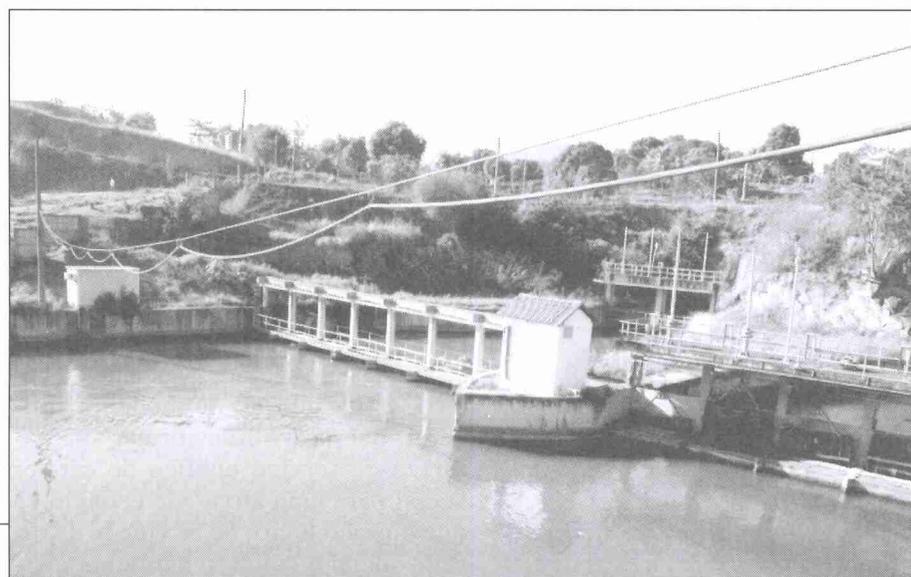
VERÃO

Superada a questão da estiagem, os técnicos da CEDAE já começam a se preocupar com a proximidade do verão, que costuma vir acompanhado de chuvas muito fortes, criando proble-

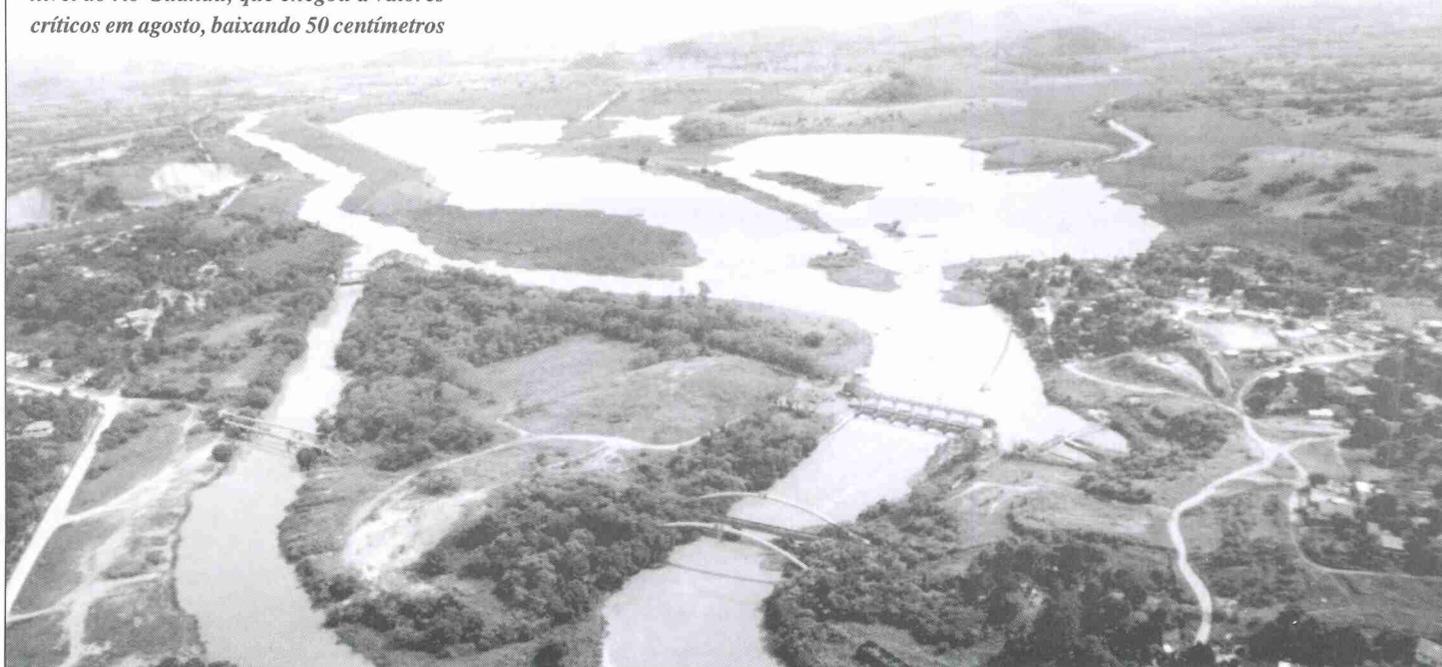
mas na qualidade da água bruta para tratamento, principalmente no tocante à turbidez e excesso de resíduos sólidos e material orgânico na captação. “A questão é que não existem ações de curto prazo que possam ser tomadas para garantir a qualidade da água bruta que a ETA recebe”, afirma o superintendente do Guandu.

As iniciativas são de médio e longo prazos: “Uma delas já está sendo implementada pela CEDAE, através do replantio da mata ciliar do rio Guandu, o que deve exigir cerca de quatro anos para atingir toda a extensão do rio, desde a ETA até o complexo Geração da LIGHT, no município de Pirai”, disse Edes Fernandes. Outra medida é a

implantação de sistemas de esgotamento sanitário, que ainda depende de um acordo das prefeituras com a companhia. A implantação de uma política de ocupação do solo adequada, preservando as florestas, principalmente nas zonas de recarga do aquífero, e uma boa gestão de resíduos sólidos, que permita a sua coleta e disposição final adequada, evitando que o lixo seja despejado em lixões ou às margens do rio, comprometendo o ecossistema e gerando problemas para o tratamento da água. Além disso, deverá ser adotada uma política de monitoramento rigoroso da qualidade da água do rio e uma fiscalização mais intensa dos despejos industriais.



As medidas de emergência adotadas pelos técnicos devolveram à quase normalidade o nível do rio Guandu, que chegou a valores críticos em agosto, baixando 50 centímetros



O que é isso companheiro?

Lula esquece o que o candidato prometeu e acena com privatiza-

O governo federal está articulando, a portas fechadas, um projeto de lei, a ser enviado ao Congresso Nacional ainda este ano, que determina que a gestão dos serviços de Saneamento será de responsabilidade exclusiva dos municípios. A informação é do secretário Executivo da Associação das Empresas Estaduais de Saneamento, AESBE, Walder Suriani. Segundo ele, se isto vier a ocorrer cerca de quatro mil municípios brasileiros perderão os benefícios do mecanismo do “subsídio cruzado” e ficarão sem condições de operar seus sistemas.

Ao comentar as declarações do presidente Lula (vide box), ele demonstrou pessimismo, afirmando que o governo está fazendo uma “confusão proposital” sobre titularidade e gestão. O representante da AESBE explicou ainda que o grande receio da Associação é que o desmonte dos serviços regionalizados venha aumentar a exclusão social no acesso aos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos.

“Temos informações de que a intenção do governo é transferir das Companhias Estaduais de Saneamento Básico para os municípios a responsabilidade pela gestão dos serviços, gerando um forte estímulo às concessões privadas. Isto é preocupante, pois a municipalização plena do Saneamento seria desastrosa para os municípios menores (com menos de 100 mil habitantes), face ao elevado custo dos serviços, aos limitados recursos gerados pelas tarifas e à pouca disponibilidade orçamentária dos entes federativos, além da baixa renda da população”.

CONTRADIÇÕES DO GOVERNO

As informações do secretário-geral da Aesbe vieram agravar a apreensão do setor, especialmente depois das declarações do presidente Lula da Silva, publicadas no final de agosto na revista *Veja* e em alguns jornais do país, sobre sua visão acerca do modelo ideal para a gestão dos serviços de Saneamento: “Não cabe mais o discurso ideológico de que Saneamento Básico é obra do governo federal e responsabilidade do governo estadual e do prefeito. Esse discurso seria maravilhoso, se tivéssemos dinheiro para fazer. Não adianta fazer um bom discurso ideológico e o povo continuar pisando em esgoto a céu aberto e bebendo água não tratada”, afirmou o presidente, numa

clara contradição entre as propostas sociais defendidas durante a campanha e a prática pós-eleitoral.

Paradoxalmente, o presidente Luís Inácio Lula da Silva havia defendido, em entrevista concedida há um ano ao *Jornal da ASEAC* (edição setembro/outubro de 2002), durante a campanha eleitoral, a preservação do Saneamento sob gestão pública, através da seguinte afirmação: “Há setores que são estratégicos ou fundamentais para o bem estar da população e que não devem ser privatizados. Na raiz da crise vivida pelo setor de Saneamento básico, está a adoção do modelo neoliberal, que prevê transformar sua natureza de serviço público de caráter social para uma atividade econômica que busca o lucro; de atividade de direito social e coletivo para uma mercadoria que se adquire ou não segundo a lógica do mercado”. (...)

EXPECTATIVA

Às vésperas da realização da Conferência das Cidades, na qual o governo fe-

deral se comprometeu a apresentar as bases de uma Política Nacional para o Saneamento Básico, que deverá ser transformada em projeto de lei para aprovação no Congresso, a afirmação do presidente da República caiu como uma bomba sobre o setor. Principalmente porque, na sua essência, se não revela uma tendência clara em favor da privatização dos serviços, sinaliza a possibilidade de uma abertura maior do Saneamento para que o setor privado possa atuar no segmento de produção e distribuição de água, nos moldes adotados pelo atual ministro da Fazenda, Antônio Palocci, em Ribeirão Preto, na ocasião em que foi prefeito do município.

Mesmo diante das alegações do governo de que o modelo proposto pelo ministro Palocci não se trata de privatização e sim de uma concessão dos serviços, os técnicos das companhias estaduais e serviços autônomos municipais já “colocaram as barbas de molho” e iniciaram uma ampla mobilização no país, para impedir a implantação desse modelo, que vem encantando o presidente Lula. Isto porque, eles consideram a adoção do modelo de Ribeirão Preto ou qualquer outro que transfira ao setor privado a operação dos sistemas de Saneamento um “precedente perigoso”, tendo em vista os conflitos

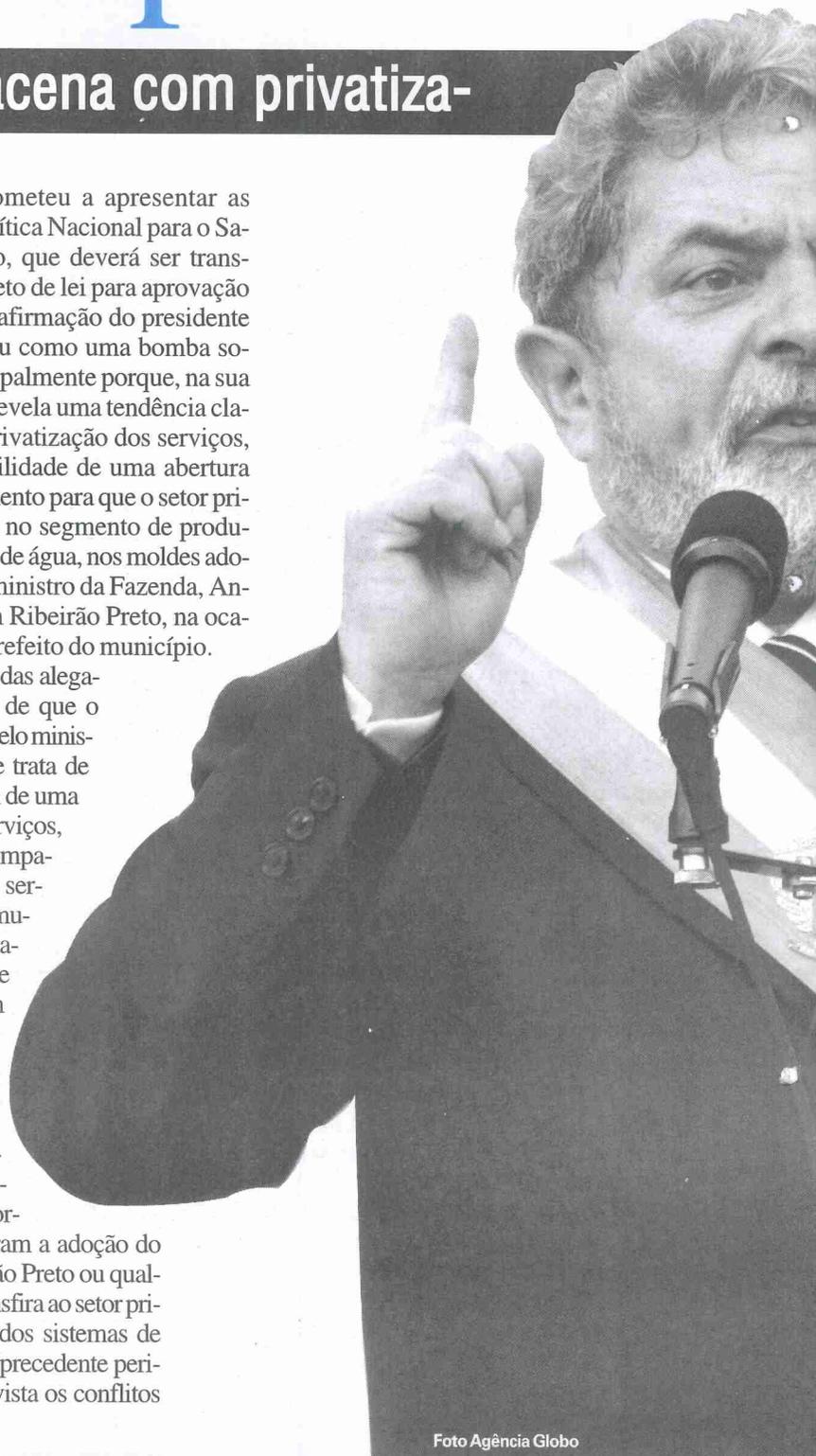
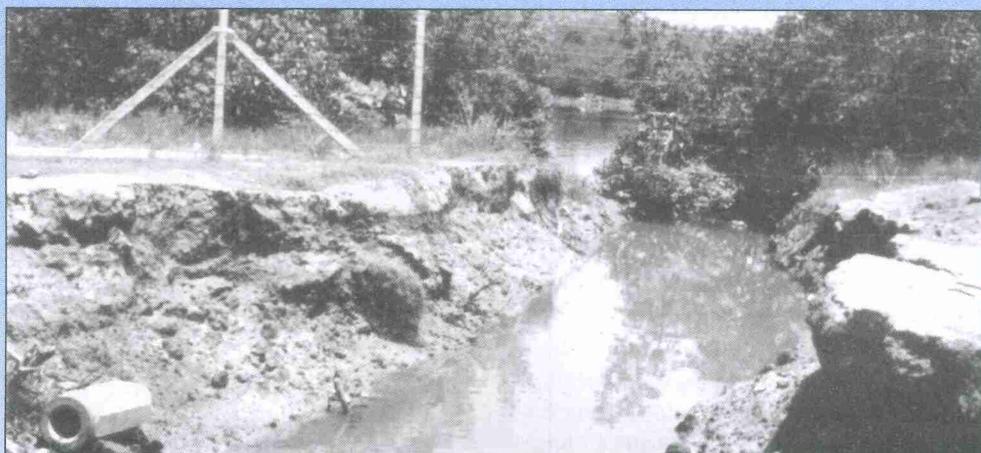


Foto Agência Globo

Devido à decisão de priorizar o ajuste fiscal determinado pelo FMI, o Saneamento continua esperando pelos recursos prometidos



“Há setores que são estratégicos, fundamentais para o bem estar da população e que não devem ser privatizados.”

Candidato Luís Inácio Lula da Silva, durante a campanha que o elegeu presidente da República

de interesse existentes entre os objetivos de lucro do setor privado e a responsabilidade social do Estado, no sentido de garantir à população os serviços essenciais de que necessita, em especial de Saneamento, que tem uma ligação muito próxima com a saúde.

Na verdade, as declarações do presidente teriam um peso mais ameno, não fosse a postura assumida até agora no sentido de cumprir a risca – e até ampliar suas metas – o modelo de controle fiscal e monetário implantado por seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, para garantir o superávit primário da economia (despesas menos receitas, fora o pagamento dos juros) acertado no acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). E por conta desse acordo, o Saneamento Básico continua à mingua em termos de recursos, que continuam contingenciados nos cofres do Tesouro (FGTS e FAT), embora a própria Caixa Econômica afirme que dispõe de R\$ 4 bilhões para serem aplicados em infra-estrutura à disposição dos municípios. Somente os recursos do FGTS, segundo a CEF, somam R\$ 1,4 bilhão.

Para se ter idéia da situação, somente nos seis primeiros meses do governo Lula, foram utilizados R\$ 26,5 bilhões da seguridade social para garantir 95% do ajuste fiscal. Os recursos são provenientes de contribuições sociais federais, cobradas de empresas e de pessoas físicas, que deveriam ter sido usados em Saneamento Básico, na prevenção de doenças, na vigilância sanitária e na modernização de hospitais universitários. Mas foram recolhidos aos cofres públicos para garantir o superávit primário de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB).

De acordo com dados divulgados através da imprensa, de janeiro a junho a arrecadação das contribuições federais para a seguridade social chegou a R\$ 92,12 bilhões. Desse to-

tal, foram gastos R\$ 65,6 bilhões na área social. Do montante retido, cerca de R\$ 1 bilhão já deveria ter sido aplicado no Fundo de Combate à Pobreza, que alimenta os principais programas sociais. Para completar, o governo anunciou, em setembro, mais um corte de R\$ 319 milhões no orçamento deste ano, sendo que o Ministério das Cidades, responsável pelo Saneamento, perdeu mais R\$ 31 milhões.

PRIORIDADES BEM DEFINIDAS

O empenho do governo Lula em resolver as contas externas e promover o ajuste fiscal em detrimento das políticas sociais internas é outra contradição em relação às propostas do próprio PT. A dívida externa brasileira soma atualmente cerca de R\$ 800 bilhões, contra R\$ 60 bilhões, em 1994. Anualmente, o Brasil paga R\$ 130 bilhões de encargos dessa dívida, sem que seu estoque diminua um centavo de real.

Esses números são fundamentais para uma reflexão séria e profunda da sociedade, principalmente porque, segundo dados do estudo de demanda do setor de Saneamento, recentemente concluído, o Ministério das Cidades precisa de R\$ 178 bilhões para resolver o déficit do Saneamento Ambiental em todo o país, nos próximos 20 anos. E enquanto esse déficit se agrava ano a ano, de 1994 até hoje o país pagou de encargos da dívida externa mais de R\$ 750 bilhões. Enquanto isso, cerca de 6,6 milhões de pessoas não têm onde morar e 15 milhões moram em domicílios inadequados. Nos centros urbanos, 50% da população não têm esgotamento sanitário e cerca de 8% não recebem água tratada.

E para agravar a apreensão do setor de Saneamento, os números do orçamento anunciado pelo governo federal para o ano que vem mantêm o arrocho em setores como o Saneamento Básico, indicando uma clara tendência para a preservação da política que prioriza o ajuste fiscal. Criticada pela oposição e até mesmo dentro do próprio governo, a destinação de recursos aos setores sociais no orçamento da união para 2004 (R\$ 42,5 bilhões) é inferior, inclusive, ao volume de recursos garantidos no orçamento do próprio presidente FHC, em seu último ano de governo.

Projeto de Lei viabiliza PPPs

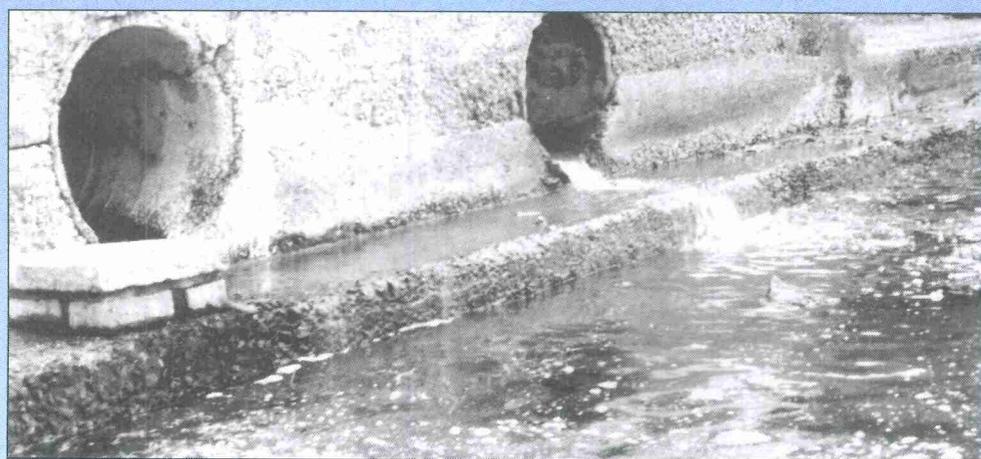
Embora o governo federal não tenha divulgado oficialmente, já está nas mãos da Casa Civil da Presidência da República a minuta do projeto de Lei que vai definir as regras para a Parceria Público-Privada (PPP), através da qual pretende viabilizar recursos para o setor de Saneamento. O texto define as regras das licitações para essas parcerias e abre espaço para contratos com prazos mais longos, além de estabelecer formas de pagamento não contempladas na legislação em vigor.

Segundo dados já divulgados através da imprensa especializada, ao contrário da lei 8.666 (Lei de Licitações), que limita em até cinco anos o prazo dos contratos com o setor público e determina que os pagamentos sejam feitos por medição, no caso das PPPs os prazos poderão chegar a 20 ou 30 anos. Os pagamentos, hoje efetuados após 30 dias da medição, poderão ser efetuados, segundo a minuta do projeto, após a conclusão da obra, o que abre espaço para a sua quitação por meio da receita de tarifas.

Embora não cite textualmente os serviços de Saneamento, restringindo-se a falar em investimentos para obras de infra-estrutura previstas no Plano Plurianual, a proposta reproduz o modelo implantado para o Saneamento em Ribeirão Preto pelo atual ministro da Fazenda, Antônio Palocci, no período em que foi prefeito do município. Conhecido entre os técnicos brasileiros como B.O.T. (iniciais em inglês), o modelo transfere por concessão a gestão dos serviços à iniciativa privada, que fica encarregada de executar as obras de implantação do sistema e explorá-lo durante cerca de 30 anos, devolvendo-o (ou renegociando a concessão) ao final do período.

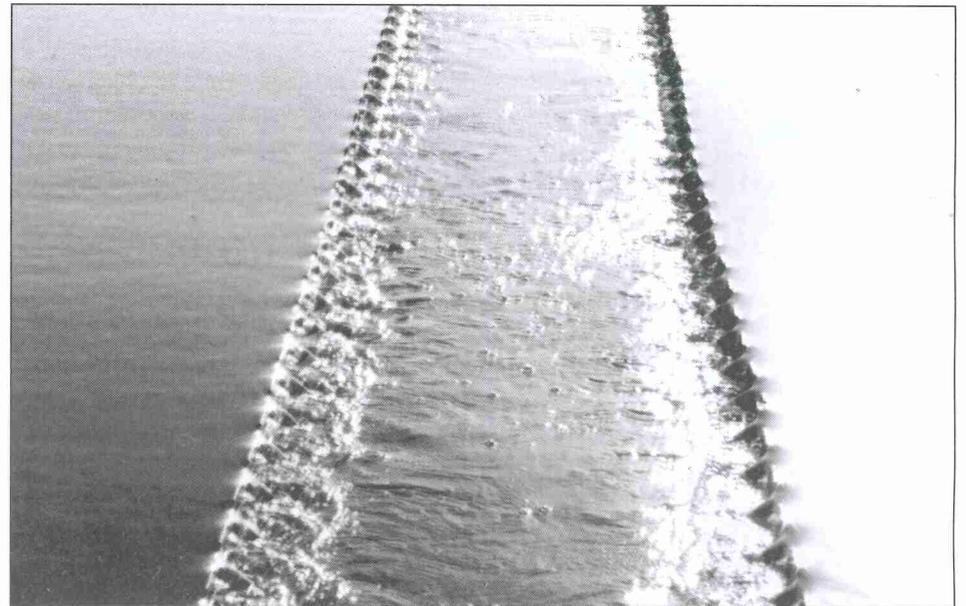
Pela atual proposta do governo, caberá ao setor privado fazer os investimentos nas obras de infra-estrutura necessárias. Mas para isso, haverá recursos do BNDES, do Banco Mundial e do BID, além de outras fontes de financiamento, sem deixar claro se estas fontes seriam o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e/ou o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Posteriormente, o governo federal entraria com recursos orçamentários, transferindo parte do risco, exigindo índices de desempenho, qualidade de serviço e modicidade tarifária, já no edital de licitação.

Segundo informações publicadas na mídia, o texto do projeto estaria sendo examinado pelos ministérios interessados na PPP para viabilizar investimentos na área de infra-estrutura, o que certamente inclui o Ministério das Cidades.



As estatísticas indicam que pelo menos 50% da população não dispõem de serviços de esgotamento sanitário e 8% não têm água tratada

Lula inclinado a adotar modelo proposto pelo ministro Palocci



Governo federal defende concessões de 20 ou 30 anos ao setor privado

A pesar do impacto que as declarações do presidente Lula causou no setor, os técnicos do Ministério das Cidades, a quem o Saneamento Básico está atrelado, garantem que não existe nenhuma decisão do governo no sentido de privatizar os serviços. O próprio diretor de Águas e Esgotos da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA), Clóvis Francisco do Nascimento Filho, que também é engenheiro da CEDAE e ex-diretor da ASEAC, esteve no Rio para explicar as propostas do governo para o setor. Ele tratou de assegurar, durante palestra na sede da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES-Nacional), que o próprio ministro Olívio Dutra é contra a privatização.

O diretor da SNSA admitiu, no entanto, que o presidente da República tem se mostrado inclinado ao modelo implantado pelo ex-prefeito de Ribeirão Preto e atual ministro da Fazenda, Antônio Palocci, que admite a participação do setor privado na construção e operação de sistemas por um determinado prazo pré-estabelecido para devolver a concessão ao final do contrato ao outorgante (modelo conhecido pelos técnicos como B.O.T.). “O presidente não está dizendo que vai privatizar, mas acha que o B.O.T. é possível, tanto nas áreas de energia, telecomunicações e de Saneamento Básico”, afirmou Clóvis.

Segundo ele, num momento de extrema dificuldade de recursos o ministro Palocci apresentou esse modelo ao presidente Lula como sendo uma maravilha. “Nós respeitamos a posição do nosso presidente, e até acreditamos que o B.O.T. é possível, mas o déficit brasileiro de Saneamento está localizado nos bolsões de pobreza, nas áreas periféricas, no semi-árido nordestino e nas áreas rurais. E nós estamos trabalhando in-

ternamente para mostrar ao presidente que essas áreas não são áreas atraentes para o setor privado”, garantiu Clóvis, reafirmando que os técnicos que estão atualmente na secretaria são contrários à privatização do setor. “Não somos contra a participação do setor privado no Saneamento. Ele é bem vindo nas áreas de projetos, consultoria, obras, enfim, na área de apoio, mas a gestão do setor deve ser pública, dentro da visão de saúde pública”, ressaltou. O engenheiro da SNSA disse que o setor não é impactante na balança comercial, tem tecnologia e técnicos competentes. “Faltam apenas os recursos”. Segundo ele, trata-se de uma luta difícil que os técnicos do ministério das cidades terão de enfrentar dentro do próprio governo, “mas nós estamos dispostos a assumir essa luta”, afirmou.

DEMANDA CRESCE

O diretor da secretaria de Saneamento admitiu que as dificuldades ainda são grandes e muitos obstáculos, como o contingenciamento de crédito, que chegou a 85% no setor, ainda precisam ser superados. Segundo ele, a secretaria está

muito preocupada também com a melhoria da eficiência das companhias estaduais, principalmente diante das dificuldades de recursos. “Estamos atrelando a liberação de recursos para essas empresas à melhoria de seu desempenho, para forçá-las a cumprir metas de investimentos em suas áreas internas e institucionais”, explicou.

Citando o exemplo da companhia de Saneamento do Rio Grande do Norte (Caern), cujo governo decidiu priorizar o Saneamento no Estado e viabilizou recursos necessários para permitir a recuperação do setor, Clóvis Nascimento afirmou que o Programa de Modernização do Setor de Saneamento (PMSS), outrora usado para modelar a privatização dos serviços, agora está sendo readequado para promover a recuperação das empresas públicas de água e esgotos. “O governo quer ajudar as empresas a se recuperarem, mas é preciso que haja um mínimo de compromisso dos

governos estaduais, para que elas possam aumentar a qualidade e a eficiência dos serviços. Não podemos compactuar com o desperdício de recursos”, afirmou. O engenheiro sanitário anunciou ainda que o governo já concluiu o estudo de demanda do setor de Saneamento, que apontou a necessidade de R\$ 178 bilhões, para cumprir a meta de universalização dos serviços de água e esgoto nos próximos 20 anos. Segundo ele, isso significa um investimento anual de R\$ 6 bilhões, ou seja, cerca de 0,45% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. A maior dívida é na área de coleta e tratamento de esgoto sanitário. No entender do sanitário, os recursos para isso existem e deverão sair das próprias disponibilidades do governo e da tarifa cobrada sobre os serviços, além da cobrança pelo uso da água.

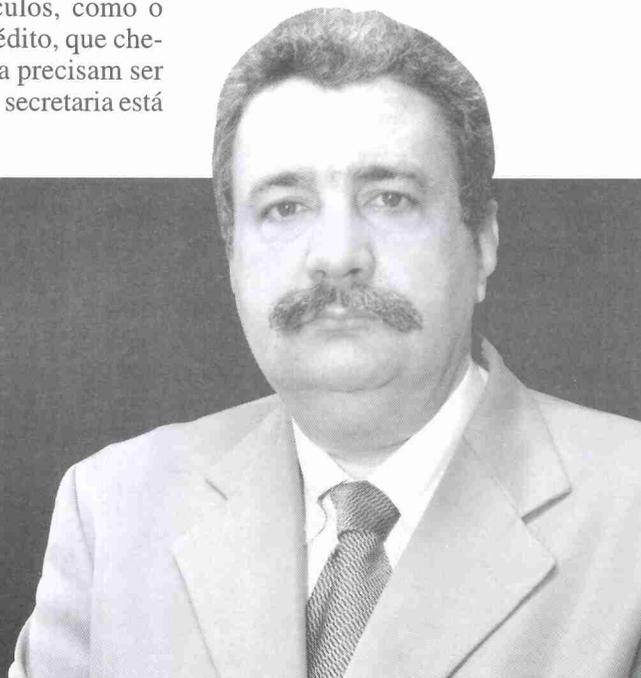
CEDAE NOS PLANOS

O diretor de Água e Esgotos da SNSA garantiu que uma das principais preocupações da Secretaria atualmente é com a CEDAE. Segundo Clóvis Nascimento, os recursos do governo para o setor passam, necessariamente, pela SNSA. A CEF é a parceira qualificada para gerir os recursos, mas a responsabilidade de definir o repasse é atribuição do Ministério das Cidades. Isso permite dar prioridade às empresas mais necessitadas.

- Estamos muito preocupados com a situação do Rio de Janeiro. Queremos buscar as melhores soluções para ajudar a resgatar e revitalizar a CEDAE, cuja situação, como de outras companhias, é fruto de uma política associada a outras variáveis alheias à sua vontade. Vamos buscar caminhos para, de forma ativa, tentar interferir no sentido de que a CEDAE volte a ocupar o espaço que sempre ocupou no cenário nacional – concluiu Clóvis Nascimento.

“O problema está na periferia, que não interessa ao setor privado.”

Clóvis Nascimento
Diretor de Água e Esgotos
do Ministério das Cidades



Fissuras dão susto no Guandu

Problema gerado pela acomodação do terreno foi prontamente sanado

Os técnicos da CEDAE decidiram manter um monitoramento permanente na Estação de Tratamento do Guandu, para detectar e corrigir imediatamente eventuais problemas no prédio da ETA, semelhante ao ocorrido no final de agosto, em virtude da movimentação da estrutura, que acabou provocando fissuras em algumas paredes dos tanques de filtração, obrigando a paralisação do Sistema por 12 horas, no último dia 2 de setembro.

Segundo os engenheiros responsáveis pela ETA e pela inspeção de emergência realizada nos reservatórios, o problema foi provocado por um processo de acomodação do terreno, devido a um deslocamento de material do solo, provocado por pequenos vazamentos na galeria de lavagem dos filtros. Contudo, graças à pronta ação da equipe, o acidente foi imediatamente contornado, afastando o risco de rompimento em função do comprometimento da estrutura que, felizmente, não se verificou.

AÇÕES DE EMERGÊNCIA

De acordo com informações do superintendente do Guandu, Edes Fernandes, o problema foi detectado logo após a paralisação técnica realizada no Guandu no dia 28 de agosto, para obras de manutenção. Na noite seguinte, após a ETA ser recolocada em carga, ouviu-se um forte estrondo, seguido de uma intensa vibração nas instalações da ETA mais antiga (conhecida como VETA - Velha Estação de Tratamento), inaugurada em 1955, onde estão 72 dos 132 filtros da Estação.

Imediatamente, os técnicos acionaram a Divisão de Manutenção da CEDAE que, junto com uma equipe do Guandu, iniciaram a inspeção de emergência para identificar a origem do problema e as possíveis soluções. Os técnicos constataram pequenos vazamentos que afloraram na galeria de cabos, localizada logo abaixo da estrutura dos filtros, e perceberam uma abertura variando de 1,5 a 2,0 cm na junta de dilatação do piso da galeria de comando dos filtros.

Diante da situação, a providência imediata foi tirar a ETA de operação para iniciar um exame mais detalhado e recolocar a estação em carga de forma gradativa. Paralelamente, os técnicos da CEDAE fizeram uma vistoria nos prédios para uma avaliação mais detalhada do problema, que exigia



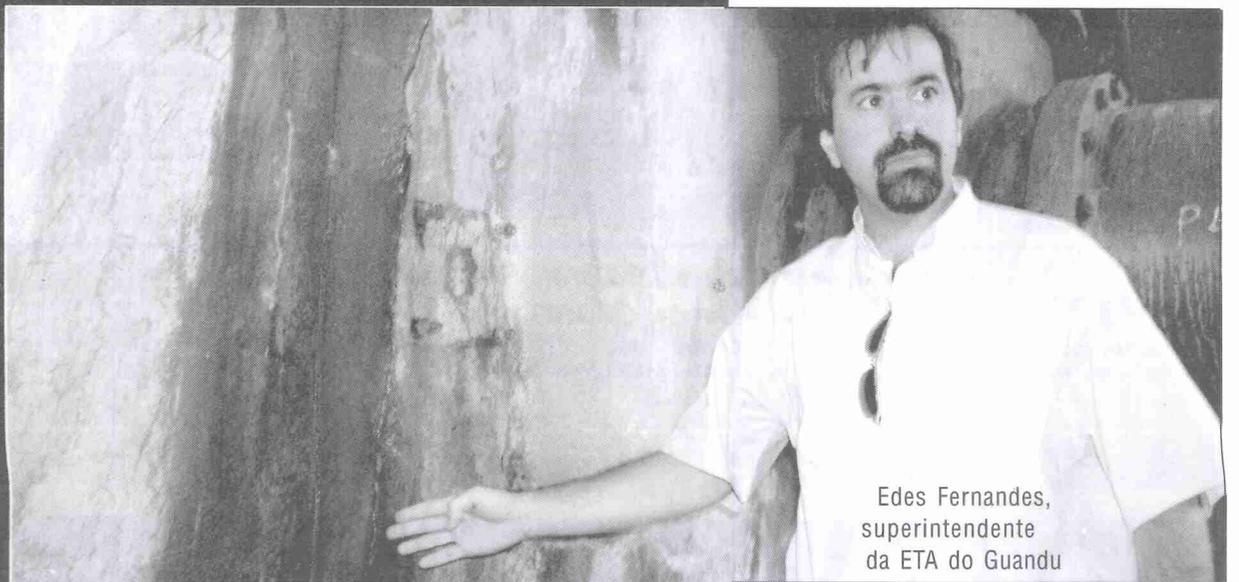
As fissuras surgiram nas paredes de alguns tanques de filtração

O problema provocou pequenos vazamentos na ETA



Os vazamentos alagaram as galerias de cabos, logo abaixo dos filtros

Corrigidos os vazamentos, os técnicos estudam medidas para prevenir novos problemas



Edes Fernandes, superintendente da ETA do Guandu

ações pontuais, e estancaram alguns vazamentos, possíveis motivadores de parte do problema. A solução técnica indicada nessa fase foi a injeção de poliuretano nas fissuras detectadas. Segundo o superintendente do Guandu, esse tipo de material, em contato com a água, se expande até 40 vezes o seu próprio volume, ajudando a vedar as fissuras. “Depois disso, passamos a fazer o monitoramento permanente da estabilidade do prédio da estação”.

AÇÃO PREVENTIVA

Uma técnica de monitoramento de deslocamentos horizontais, utilizando alongômetros que medem com precisão de centésimos de milímetros o deslocamento da estrutura, está sendo utilizada para monitorar o prédio da ETA do Guandu. “Se houver algum movimento, vamos saber imediatamente”, garantiu Edes Fernandes. Segundo ele, além disso, a empresa Tecnosolo implantou pinos ao longo da estrutura da estação, para fazer o monitoramento vertical do prédio.

De acordo com o superintendente do Guandu, o vazamento principal foi reparado imediatamente e, agora, a Tecnosolo está fazendo furos de sondagem no terreno da estação, para detectar possíveis brechas e injetar nata de cimento. O objetivo é evitar novos deslocamentos na estrutura, devido à acomodação do terreno, que possam trazer danos à estrutura do prédio. A adoção dessa medida está sendo estudada por uma comissão designada para propor soluções definitivas para o problema.

Você sabe o que é “burn out”?

O burn out é a síndrome que já atinge quase 10% dos trabalhadores nos Estados Unidos. No Brasil, ainda não existem estatísticas divulgadas, mas sabe-se que o problema vem se alastrando. A síndrome é uma mistura de desmotivação, sentimento de impotência e derrota, perseguição e boicote no trabalho. Além dos prejuízos para a produtividade, a doença pode produzir efeitos clínicos, deixando o portador suscetível a doenças oportunistas, taquicardia e complicações gastro intestinais. A diferença do burn out para o estresse é que os sintomas do primeiro se mostram principalmente quando a pessoa está no ambiente de trabalho.

O grande desafio para o combate da doença é diagnosticá-la, uma vez que o paciente reluta em admitir que está doente, buscando causas diversas para a desmotivação e o mau humor típicos do burn out. Não combatida a tempo, a síndrome pode induzir a um colapso nervoso.

SINTOMAS

Apatia – Falta de expectativa de crescimento profissional. A pessoa não se entusiasma por nenhum projeto na empresa.

Baixa auto-estima – Sentimento de que tudo que faz não está bom. Se sente inábil e improdutivo. Tem dificuldade de concentração e passa a não emitir opiniões, pois as considera inúteis.

Síndrome de perseguição – O doente acredita que um grupo ou todos estão envolvidos em um complô contra ele.

Auto cobrança – O doente adota uma posição perfeccionista, se cobra muito e sente-se muito cobrado pela empresa.

Impotência – Se sente com as mãos amarradas, sem autonomia para tomar decisões.

Alta ansiedade – O doente vive permanentemente ansioso, frustrado e insatisfeito. Fica impaciente na hora de resolver até o mais simples dos problemas.

Falta de Confiança – A pessoa continua indo ao trabalho mesmo no estado em que se encontra, porque tem medo que ninguém acredite que está doente.

Ceticismo – Não acredita em uma solução clínica para o problema e só recorre a ajuda médica quando as doenças oportunistas se manifestam.

Depressão – O profissional passa por uma fase de tristeza profunda, chegando a chorar sem motivo.

Instabilidade – O doente fica hipersensível e muda de humor sem razão objetiva.

Insegurança – Sentindo-se inseguro, prefere não tomar decisões sozinho.

Dispersão – Diminui sua capacidade de concentração nas conversas. Muda o foco de um projeto sem acabá-lo e se esquece das coisas com frequência.

COMO TRATAR

A resposta está dentro e fora do trabalho. É necessário mudar a forma de encarar suas tarefas na empresa e se entreter com outras atividades que lhe proporcionem prazer.

Descanso – Para combater a sensação de improdutividade, é preciso tirar férias e folgas, evitando lugares e pessoas que lembrem o ambiente de trabalho.

Nova Função – Mudar de função ajuda muito. Analise sua consciência e questione se você está na posição e área mais compatível com o seu perfil.

Convívio Social – Melhore a qualidade da vida social. Evite pessoas de quem não goste. Faça novas amizades, faça cursos, participe de trabalhos voluntários. Faça o que faz bem a você.

Remédios e Terapia – Medicamentos só com orientação médica. Consulte um especialista. É fundamental acompanhar o tratamento químico com psicoterapia, para tratar não só os sintomas, mas as causas do distúrbio.

Exercícios – Especialistas recomendam exercícios físicos no dia-a-dia. Comece devagar, com orientação e depois de uma avaliação física.

Dieta Saudável – Abandone os maus hábitos alimentares e adote horários regulares.

Atividades Mentais e Manuais – Aprenda a tocar um instrumento musical. Faça as coisas você mesmo (ex. limpar, pintar, consertar um objeto etc.) Descubra prazer nas atividades domésticas, como culinária. Aumente o tempo dedicado ao lazer e, se possível, viaje.

Abandono de Vícios – Para de fumar e/ou evite o abuso de álcool

Como detectar o Burn out

Pontue os itens a seguir de acordo com a frequência que esses sintomas acontecem com você no trabalho ou fora dele.

a) Acontece raramente com você – 1 ponto - b) Acontece uma vez ou outra – 2 pontos - c) Acontece com uma frequência já perceptível – 3 pontos - d) Acontece quase sempre – 4 pontos - e) Acontece sempre – 5 pontos

- () Sinto-me cansado mesmo quando dormi o suficiente.
- () Sinto-me insatisfeito com meu trabalho.
- () Sinto-me triste sem motivo aparente.
- () Esqueço as coisas.
- () Sou irritado e costumo explodir com as pessoas.
- () Evito as pessoas no trabalho e em minha vida particular.
- () Tenho dificuldade para dormir por causa de preocupações com o trabalho.
- () Fico doente com mais frequência do que no passado.
- () Minha atitude em relação ao trabalho é “por que se incomodar?”
- () Com frequência me envolvo em conflitos.
- () Meu desempenho no trabalho não é adequado.
- () Uso álcool e/ou drogas para me sentir melhor.
- () A comunicação com os outros é algo penoso.
- () Não consigo me concentrar em meu trabalho como no passado.
- () Fico facilmente enfiado com meu trabalho.
- () Trabalho com afinco mas realizo pouco.
- () Sinto-me frustrado com meu trabalho.
- () Não gosto de ir para o trabalho.
- () As atividades sociais são cansativas.
- () Fazer sexo não vale a pena o esforço.
- () Assistio TV durante a maior parte do tempo em que não estou trabalhando.
- () Não tenho grandes expectativas em relação ao meu trabalho.
- () Preocupo-me com meu trabalho quando estou fora dele.
- () Meus sentimentos em relação ao meu trabalho interferem em minha vida pessoal
- () Meu trabalho parece sem sentido.

Resultados do teste

- 25 a 50 pontos Você está bem.
- 51 a 75 pontos Você está bem, se tomar medidas preventivas.
- 76 a 100 pontos Você está a caminho do burn out
- 101 a 125 pontos Você está em pleno burn out

Quantos de nós já estão com esses sintomas?

Adaptação do material extraído do livro Guia Valor Econômico de Desenvolvimento Profissional – Editora Globo S.A

mudou-se
 recusado
 desconhecido
 endereço insuficiente
 não existe nº indicado
 falecido
 ausente
 não procurado
 Reintegrado ao serviço postal
 Em / / -
 Em / / - Carteiro

